

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 92ª REUNIÃO**

Data: 26 e 27 de novembro de 2012.

Local: Sala CONAMA do Ed. Marie Prendi Cruz, localizado na SEP 505 (W2 Norte),
Lote 2, Brasília/DF

REPRESENTANTES:

Ministério da Integração Nacional: Davi Tadeu Borges Marwell

(davi.marwell@integracao.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente – ANA: ausente

Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Roberto Alves Monteiro

(roalmonste@ig.com.br)

Ministério das Minas e Energia: ausente

Conselhos Estaduais - MT/GO: Marcos Francisco Cabral (mcabral.jatai@gmail.com)

Conselhos Estaduais - MG/ES: Andressa Bacchetti Pinto (grh@iema.es.gov.br)

Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)

Conselhos Estaduais - DF/PR: Diógenes Mortari (diogenes.mortari@adasa.df.gov.br);

Conselhos Estaduais - CE/PI: ausente

Conselhos Estaduais – SE/BA: ausente

Irrigantes: João Carlos De Carli (joao.carli@cna.org.br)

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento

Sanitário: Vania Lucia Rodrigues (vaniarodrigues@sabesp.com.br)

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Alfredo José Azevedo
Corrêa (alfredo.correa@eletronorte.gov.br)

Indústria: Luiz Cláudio Figueiredo (luizcfigueiredo@gmail.com)

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:

Sebastião Vainer Bosquilia (sbosquilia@sp.gov.br)

Organizações não Governamentais: João Clímaco Soares de Mendonça

(fonascbh@yahoo.com.br)

Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda

(tania.miranda@lactec.org.br)

DEMAIS PRESENTES:

- Célia Regina Buono P. Poeta (CRHI-SP/RJ) (celiap@sp.gov.br)

- Sheyla Cristina de Almeida (SEMA-PA) (sheylacalmeida@yahoo.com.br)

- Luciene Mota de Leão Chaves (SEMA-PA) (lmleao@yahoo.com.br)

RELATORIA CTPOAR: Mirela Garaventa (SRHU/MMA)

(mirela.garaventa@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 15h do dia 26 de novembro de 2012, o **Sr. Diógenes Mortari**, presidente da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR deu início à 92ª Reunião da CTPOAR. Item 1 – Abertura: o **Sr. Diógenes Mortari** desejou boas vindas aos presentes e agradeceu a presença de todos. Item 2 – Informes: O presidente da CTPOAR comunicou aos membros que na próxima reunião haverá eleição e não será possível sua permanência devido a compromissos profissionais. Em seguida pediu à relatora que explicasse o procedimento de renovação da composição da câmara técnica, que projetou a tabela contendo as manifestações das

instituições a ser aprovada na próxima reunião do CNRH. Os presentes questionaram a relatora da CTPOAR quanto à votação do Regimento Interno do CNRH, em especial da proposta de redução do número de câmaras técnicas. A relatora respondeu que o término da apreciação das emendas estava previsto para a próxima reunião do Plenário do CNRH, a ser realizada nos dias 12 e 13 de dezembro de 2012. No entanto, a expectativa é de que a referida emenda seja rejeitada pelos Conselheiros devido à falta de detalhamento da proposta, na qual não são especificadas quais câmaras sofreriam fusão. A **Sra. Leila Gomes** lembrou que foi realizado estudo por consultor contratado pela Secretaria Executiva do CNRH no qual a redução do número de câmaras foi apontada como uma das formas de conferir maior agilidade ao CNRH, indicando quais delas permaneceriam após a redução. A relatora da câmara informou também que foi publicado o livreto resultante da Oficina Gestão de Corpos de Água Intermitentes. O **Sr. João Clímaco de Mendonça** mencionou a iniciativa da CTCOST de realizar uma oficina de trabalho sobre outorga em zonas costeiras, objetivando a elaboração de resolução sobre o tema. O **Sr. Roberto Monteiro** salientou que a iniciativa deve ser cuidadosamente articulada com a CTPOAR, evitando assim conflitos de competência. O **Sr. Diógenes Mortari** fez a leitura da pauta e solicitou inversão, passando ao [Item 7 – Programação das atividades da CTPOAR em 2013](#): Foram propostos pelo presidente os meses de março, junho, setembro e novembro para a realização das reuniões da CTPOAR em 2013, sugestão acatada pelos demais presentes. [Item 3 – Aprovação da Ata 91ª Reunião da CTPOAR](#): A Ata da 91ª reunião foi aprovada após correções apontadas pelos participantes. [Item 4 – Discussão da minuta de Resolução CNRH sobre usos que independem de outorga](#): O Sr. Diógenes Mortari concedeu a palavra à **Sra. Andressa Bacchetti**, que elaborou uma minuta inicial de Resolução. A minuta foi projetada para leitura e a **Sra. Andressa Bacchetti** explicou que o material encaminhado pelos representantes dos demais estados foi compilado, resultando no documento em análise. Ao longo da leitura o **Sr. João Carlos De Carli** informou que não recebeu o arquivo em questão, portanto não considerava possível deliberar sobre o assunto. O Sr. Diógenes Mortari esclareceu que primeiramente seria feita uma leitura comentada sobre a versão inicial, possibilitando eventuais contribuições. A **Sra. Andressa Bacchetti** prosseguiu com a leitura, explicando que o texto resultou da compilação da legislação existente, sem uma reflexão mais aprofundada. Em seguida o **Sr. João Clímaco de Mendonça** parabenizou o trabalho realizado, no entanto manifestou preocupação quanto aos usuários que se encontram no interior e que não têm acesso à legislação e à informação quanto ao cadastramento. Segundo ele, em regiões com potenciais conflitos pelo uso da água o uso cumulativo pode ser significativo, podendo ser afetados por grandes empreendimentos que venham a se instalar alegando que não há grandes usos no local. Portanto, essas questões deveriam ser contempladas nos procedimentos a serem estabelecidos pela resolução. O **Sr. Roberto Monteiro** afirmou que trata-se de uma preocupação legítima a ser considerada, sob pena de desconsiderar os usuários que efetivamente aportam problemas. O **Sr. Luiz Cláudio Figueiredo** fez comentários de ordem geral sobre alguns artigos da proposta e afirmou que deve-se ter o cuidado de estabelecer qual o foco principal de uma resolução sobre usos considerados menores. Segundo o **Sr. Luiz Cláudio Figueiredo**, um exemplo seria a atribuição de valores para as vazões, que seria aplicável caso as diretrizes fossem dirigidas à ANA, porém inviável para os estados devido às suas particularidades. A **Sra. Leila Gomes** concordou com o exposto e afirmou que a Resolução deveria ter o caráter orientador e educativo das demais elaboradas pela CTPOAR. Também mencionou que não foram incluídas no texto as águas subterrâneas e barragens e contou a experiência de São Paulo sobre a matéria, onde o cadastramento de usos isentos de outorga era simples e acessível e, no entanto, criou-se uma “indústria” de técnicos que cobram para

103 cadastrar usuários e falsificam dados. A **Sra. Sheyla de Almeida**, do órgão gestor do
104 Pará e presente como ouvinte, manifestou-se acerca da situação do estado com relação à
105 isenção de outorga. Explicou que no Pará se emitem declarações de dispensa de outorga
106 nas quais constam os volumes captados (para lançamento de efluentes dependem
107 também de análise pelo órgão) e há exigência de instalação de hidrômetro para
108 comprovação posterior dos volumes declarados. Nesse momento, o presidente da
109 câmara técnica interrompeu os trabalhos devido ao horário, informando que o debate
110 será pautado na próxima reunião e solicitando que aqueles que tenham contribuições as
111 encaminhem à **Sra. Andressa Bacchetti**. A reunião foi encerrada às 18h e retomada no
112 dia 27 de novembro de 2012, às 09h30min, iniciando pelo [Item 5 – Apresentação sobre](#)
113 [efluentes e qualidade da água no Lago Paranoá](#): O **Sr. Maurício Ludovice** iniciou sua
114 explanação afirmando que essa seria uma oportunidade de apresentar o Lago Paranoá
115 aos representantes dos diversos estados ali presentes, bem como sua longa relação com
116 a CAESB, anterior à existência das Agências Reguladoras. Prosseguiu com a
117 apresentação mencionando o histórico e a importância do Lago Paranoá, suas
118 perspectivas e expectativas. Mencionou a remoção de carga orgânica obtida atualmente
119 e as melhorias que vêm sendo implementadas nas estações de tratamento e seus
120 impactos sobre a qualidade da água, inclusive o polimento, no qual o fósforo é
121 removido quimicamente até 0,3 mg/l. Por fim, afirmou que a expectativa é levar o Lago
122 à categoria de manancial de abastecimento, resultando na preocupação com a questão
123 dos microcontaminantes, como os perturbadores endócrinos. Em seguida seguiram-se
124 questionamentos e comentários dos membros da CTPOAR acerca do tratamento de
125 efluentes e qualidade em seus estados, a proteção aos mananciais e o problema do
126 assoreamento. Outra questão destacada foi o balanço hídrico, uma vez que a prática do
127 reuso tem impactos significativos sobre o nível da água e, conseqüentemente, seus
128 múltiplos usos. O **Sr. Diógenes Mortari** agradeceu pela apresentação e propôs a
129 continuidade do debate, sugerindo que fossem discutidas as experiências nos lagos e
130 rios dos demais estados e as opiniões acerca das descargas operacionais de emergência
131 das próprias ETEs (*by pass*), nas quais ocorre o lançamento dos efluentes não tratados.
132 Mencionou também que essa prática tem se tornado mais frequente, incluindo casos de
133 intervenção policial. O **Sr. Roberto Monteiro** fez analogia com o *by pass* industrial,
134 que ao ser realizado de forma irregular pode resultar na interrupção da produção e até
135 mesmo no fechamento do empreendimento. Prosseguiu a reflexão questionando como
136 proceder no caso das ETEs, uma vez que sua operação não pode ser simplesmente
137 interrompida e, portanto, a questão a ser discutida deveria ser a implantação e o
138 dimensionamento das estações. A **Sra. Leila Gomes** citou o caso de São Paulo, onde a
139 constituição estadual proíbe o lançamento de efluentes industriais e domésticos sem
140 tratamento. Prosseguiu ponderando que, considerando o entendimento de que deve ser
141 observada a legislação mais restritiva, ocasionando uma discussão jurídica quanto à
142 possibilidade de outorgar o lançamento de efluentes não tratados. O **Sr. Roberto**
143 **Monteiro** concluiu o debate afirmando que os regulamentos referentes à diluição de
144 efluentes não foram concebidos com o intuito de permitir o lançamento do efluente não
145 tratado, mas sim para controlar tal prática. [Item 6 – Início das discussões sobre os](#)
146 [Temas Prioritários 2013/2014](#): Primeiramente foi abordado o tema *diretrizes e critérios*
147 *sobre Outorga de Uso da Água para irrigação*. A **Sra. Leila Gomes** apresentou brevemente
148 a Resolução CONAMA 248/2001, *que dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de*
149 *irrigação*, de forma a mostrar a existência de deliberação que regulamenta por tipo de irrigação
150 e por área, bem como estabelece os “tempos e movimentos” entre o licenciamento ambiental e a
151 outorga, e discutir a necessidade de elaboração de Resolução pelo CNRH sobre o tema.
152 Afirmou ainda que não tem conhecimento da aplicação do estabelecido nos estados. Nesse
153 momento o **Sr. Roberto Monteiro** manifestou sua preocupação, uma vez que o objetivo quando
154 da elaboração da Resolução CONAMA era estabelecer, em função do emprego de técnicas que

reduzissem o consumo de água e das dimensões da área irrigada, procedimentos simplificados, convencionais ou avançados (incluindo EIA/RIMA) de licenciamento ambiental. No caso da outorga não há um procedimento simplificado e o volume de água requerido já é o objeto da mesma, portanto nesse momento haveria a necessidade de se avaliar se há justificativa técnica antes de se optar pela definição de diretrizes de outorga específicas para irrigação. A **Sra. Leila Gomes** esclareceu que as discussões são relevantes por tratar-se dos maiores usuários da água em termos quantitativos, além de estar estabelecido na Resolução nº 16/2001 que usos relativos a atividades setoriais poderão ser objeto de resolução própria (a exemplo da mineração). O **Sr. Marcos Francisco Cabral** mencionou o caso do plantio da cana em Goiás, onde já se observam conflitos com outros usos da água pela ampliação do período de irrigação. A **Sra. Leila Gomes** comentou a situação vivenciada em São Paulo, onde os irrigantes têm pressionado o Estado, baseados em legislação paranaense, para que sejam dispensadas de outorga as captações de até 50 m³/dia. No entanto, a situação de criticidade e o número de captações podem impactar o rio severamente. O **Sr. Luiz Cláudio Figueiredo** lembrou a necessidade de se analisar o caráter nacional das deliberações provenientes da CTPOAR, sendo assim o tema pode ser tratado em resolução específica referente à criticidade da bacia, por exemplo. Nesse momento, a **Sra. Célia Poeta** questionou os presentes quanto à aplicação da Resolução CONAMA 248/2001, uma vez que em São Paulo a matéria é polêmica. O **Sr. Diógenes Mortari** afirmou não ter conhecimento do licenciamento de tais empreendimentos no Distrito Federal e reforçou a necessidade de aprofundar a discussão sobre os usos mais eficientes da água. A **Sra. Luciene Chaves** também respondeu ao questionamento informando que no Pará não possui legislação específica para irrigação, mas sim resolução referente a critérios para análise da água de captação e lançamento, que possui tabela com métodos de irrigação e sua eficiência mínima. Já a Instrução Normativa nº 02 trata da articulação entre licenciamento ambiental e outorga e não da irrigação especificamente. A **Sra. Andressa Bacchetti** esclareceu que no Espírito Santo existe, além do IEMA, outro órgão licenciador (Instituto de Defesa Agropecuária – IDAF) responsável pelos empreendimentos de menor porte que poderia estar licenciando as atividades de irrigação. O **Sr. Marcos Francisco Cabral** salientou a importância de se discutir também outros empreendimentos como as PCHs, devido à sua eficiência questionável frente aos seus impactos. O **Sr. João Clímaco de Mendonça** sugeriu que se torne a tratar a questão da outorga para PCHs, pois em ocasião anterior a câmara não deu continuidade à matéria, e lembrou que existem 146 PCHs só no pantanal. O **Sr. Roberto Monteiro** salientou que essa questão é pertinente à gestão, portanto a definição do desenvolvimento pretendido para determinada bacia hidrográfica é abordada em seu respectivo Plano. Em resposta ao **Sr. João Clímaco**, a **Sra. Leila Gomes** recordou que na ocasião foi solicitado um relato do problema para que esse fosse pautado pela CTPOAR, porém os elementos trazidos foram recortes de reportagens, considerados insuficientes à época pois não apresentavam subsídios para que comprovassem a inviabilidade técnica da implantação da PCH. Voltando ao tema da irrigação a **Sra. Leila Gomes** resumiu as discussões, que apontaram como foco a definição de diretrizes e critérios gerais para o uso racional da água na irrigação e para a análise de projetos de irrigação, e não a questão da criticidade. A reunião foi interrompida às 12h20min e retomada no período da tarde, às 14h25min. O representante da Agência Nacional de Águas que faria a segunda apresentação prevista no [Item 6 – Início das discussões sobre os Temas Prioritários 2013/2014](#) não pôde comparecer à reunião, sendo assim passou-se ao [Item – 10: Assuntos gerais e encerramento](#). Não havendo outros assuntos, o presidente da CTPOAR desejou boas festas e a reunião foi encerrada.

Ata aprovada na 93ª reunião, realizada nos dias 09 e 10 de abril de 2013.

207

Diogenes Mortari
Presidente da CTPOAR

Mirela Garaventa
Relatora da CTPOAR

208